



TRABALHO, TEMPO E DIREITOS:

UM ESTUDO COM TRABALHADORAS DOMÉSTICAS





TRABALHO, TEMPO E DIREITOS: UM ESTUDO COM TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Fevereiro de 2015



TRABALHO, TEMPO E DIREITOS: um estudo com trabalhadoras domésticas.

É uma publicação do Centro de Ação Cultural – CENTRAC em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres – Governo Federal.



CENTRAC
CENTRO DE AÇÃO CULTURAL

Secretaria de
**Políticas para
as Mulheres**



**Centro de Ação Cultural –
CENTRAC**

Rua Rodrigues Alves,
nº 672 – Prata
Campina Grande – PB
Telefone: (83) 3341.2800
www.centrac.org.br

FICHA TÉCNICA

Pesquisa de Campo: Alcione Ferreira da Silva

Consultoria e relatório de pesquisa: Maria
Bethânia Ávila e Verônica Ferreira, SOS Corpo
Instituto Feminista para a Democracia.

Revisão Final: Mary Alves, Madalena Medeiros e
Sheila Nascimento.

Projeto Gráfico e Editoração: Cafécom
Propaganda

Impressão: UNIGRÁFICA NATAL

Tiragem: 3.500 Exemplares

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

T759 Trabalho, tempo e direitos : um estudo com trabalhadoras doméstica
/ Consultoria e relatório de pesquisa : Maria Bethânia Ávila, Verônica
Ferreira, Revisão final : Mary Alves, Madalena Medeiros e Sheila
Nascimento. – Campina Grande: Centrac, 2015.
49 p. : il. color.

ISBN: 978-85-98215-04-4

1. Direito - Trabalhadoras Domésticas. 2. Trabalho Doméstico. 3. Tra-
balho. I. Ávila, Maria Bethânia. II. Ferreira, Verônica. III. Alves, Mary.
IV. Medeiros, Madalena. V. Nascimento, Sheila.

CDU 64.045:349.23

SUMÁRIO

Apresentação.....	06
1 Campina Grande: contexto social e econômico.....	07
2 Referências Metodológicas.....	09
3 Sobre os sujeitos da pesquisa: perfil e trajetórias.....	15
4 Trabalho doméstico remunerado: uma trajetória que começa na infância e segue por toda a vida.....	25
5 Condições de trabalho e direitos	32
6 O ritmo do trabalho e o cotidiano.....	39
À guisa de conclusão: os direitos e o sentido da participação política	46
Referências Bibliográficas.....	48

APRESENTAÇÃO

O Centro de Ação Cultural – CENTRAC, associação sem fins lucrativos de direito privado, sediada na cidade de Campina Grande, Paraíba, apresenta o estudo “TRABALHO, TEMPO E DIREITOS: um estudo com trabalhadoras domésticas”, realizado em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), através do projeto: “Trabalhadoras domésticas na luta por valorização, igualdade de direitos e autonomia”.

O estudo trás de forma clara e objetiva as condições socioeconômicas, grau de formalização do trabalho e uso do tempo das trabalhadoras domésticas do município de Campina Grande - Paraíba.

A reflexão que se faz neste estudo demonstra uma estrutura de opressões que fundamentam as desigualdades no mundo do trabalho e que impactam diretamente a categoria das/os trabalhadoras/es domésticas/os, vinculadas as construções culturais de raça, gênero e classe, denotando a urgência da constituição de políticas públicas para as mulheres trabalhadoras domésticas, como creches, escolas em tempo integral, saúde, entre outras.

O estudo também aponta desafios importantes para as trabalhadoras domésticas que são expressões dessas estruturas, como a ausência de direitos trabalhistas nos cotidianos de trabalho, principalmente para as trabalhadoras diaristas e para a categoria das lavadeiras, a sobrecarga de trabalho decorrente da responsabilização exclusiva pelo trabalho reprodutivo em suas próprias casas, fundamentado pela divisão sexual do trabalho; dentre outros.

Tais desafios se apresentam na conjuntura atual do trabalho doméstico não só no universo estudado, mas dentre grande parte da categoria no Brasil, demonstrando a complexidade que envolve esta modalidade de trabalho, e as necessárias políticas públicas para o seu enfrentamento.

Com a publicação deste estudo espera-se apontar caminhos necessários a luta das trabalhadoras domésticas no Brasil para superação dessa realidade tão cruel a que são submetidas às mulheres, sobretudo as trabalhadoras domésticas.

1 CAMPINA GRANDE:

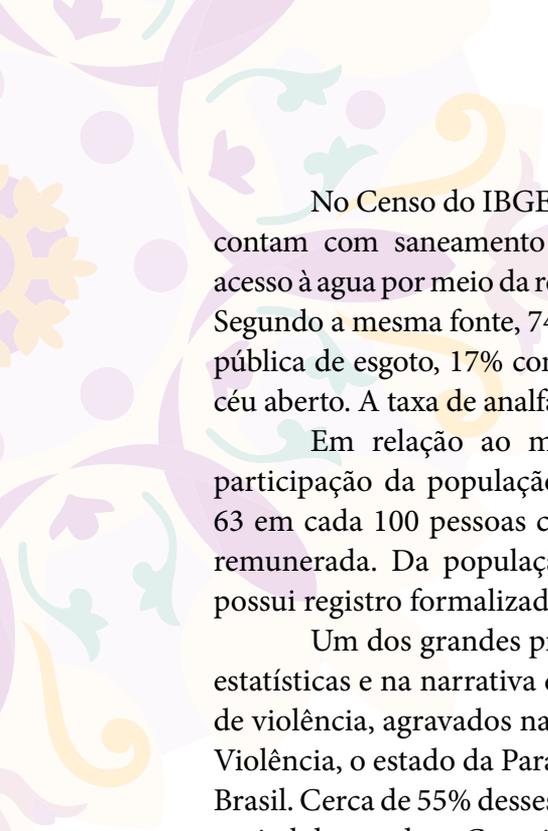
contexto social e econômico

Este estudo foi realizado com trabalhadoras domésticas da cidade de Campina Grande, Paraíba. Localizada no agreste paraibano, entre o alto sertão e a zona litorânea, Campina Grande é a segunda maior cidade do estado da Paraíba, com uma população de 385.213 (IBGE, 2010), da qual mais da metade, 203 mil, são mulheres (52% da população). Possui grande importância na economia da região e do estado, desde o início do século XX, quando chegou a ser a segunda maior produtora de algodão do mundo. A partir da terceira década do século XX, inicia-se um intenso processo de urbanização, que hoje tem 95% de sua população morando nas áreas urbanas.

O município está situado numa faixa de IDH considerada alta, com índice de 0,720. A expectativa de vida ao nascer é de 73,4 anos. A renda média per capita é de R\$ 630,00. A extrema pobreza caiu de 12,07% em 2000 e para 5,02% em 2010¹. Segundo o PNUD, cerca de 16% da população encontra-se em situação de pobreza. A desigualdade diminuiu na última década: o Índice de Gini passou de 0,61 em 1991 para 0,62 em 2000 e para 0,58 em 2010. A taxa de fecundidade no município de Campina Grande é de 1,7 filhos(as) (IDEME, 2013).

Em que pese o importante desenvolvimento econômico e o avanço nos indicadores sociais, o contexto de Campina Grande é ainda marcado por profundas desigualdades. Os 20% mais ricos da população apropriam-se de 62% da renda do município, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 3% dessa renda. Grande parte da população, 40%, são considerados(as) vulneráveis à pobreza e 35% das pessoas com mais de 18 anos não tem o fundamental completo e estão em situação de informalidade.

¹ Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00 reais em agosto de 2010.



No Censo do IBGE de 2010, estimou-se que 83% dos domicílios contam com saneamento adequado; 96% das famílias contam com acesso à água por meio da rede de abastecimento, segundo o SIAB (2013). Segundo a mesma fonte, 74,8% das famílias da cidade contam com rede pública de esgoto, 17% com esgoto por fossa e 8% vivem com esgoto a céu aberto. A taxa de analfabetismo entre as mulheres é de 9,06%.

Em relação ao mercado de trabalho, em 2010, a taxa de participação da população com 18 anos ou mais é de 63,8%, isto é: 63 em cada 100 pessoas com 18 anos ou mais tem alguma ocupação remunerada. Da população ocupada, pouco mais da metade, 55%, possui registro formalizado de trabalho.

Um dos grandes problemas enfrentados na cidade, segundo as estatísticas e na narrativa dos sujeitos da pesquisa, são os altos índices de violência, agravados na última década. Segundo o estudo Mapa da Violência, o estado da Paraíba possui a 3ª maior taxa de homicídios do Brasil. Cerca de 55% desses crimes ocorrem nas cidades de João Pessoa, capital do estado, e Campina Grande, 2º maior município deste.

A inexistência de dados desagregados por sexo e raça na maioria das informações disponíveis não nos permitiu analisar o contexto considerando as relações sociais de gênero e raça. A realidade apresentada no presente estudo, realizado com mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora e em sua maioria negras, ocupadas no trabalho reprodutivo remunerado, parece indicar no contexto concreto da vida destes sujeitos, que as desigualdades de classe, gênero e raça seguem produzindo uma intensa pobreza de direitos, tempo e autonomia.

2 REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

Neste estudo, o trabalho doméstico é analisado como trabalho não remunerado e como trabalho remunerado, a partir das práticas das trabalhadoras domésticas, que se constituem como uma das maiores categorias de trabalhadoras no Brasil. A importância do emprego doméstico como mercado de trabalho para as mulheres e a sua longa tradição na história do Brasil, se coloca como uma questão relevante para a análise das relações sociais no país e para definição de políticas públicas voltadas para promoção da cidadania das mulheres, uma vez que a categoria é formada majoritariamente por mulheres. O total de trabalhadoras/es domésticas/os no Brasil é de 6,6 milhões dos quais 6,1 milhões são mulheres, isto é 92,6%. O percentual de mulheres negras é de 61% nesta ocupação. Dados oficiais recentes mostram que houve uma diminuição no número de trabalhadoras domésticas, no entanto cresceu o percentual de trabalhadoras negras (DIEESE, 2013).

A categoria de trabalhadoras, na sua dupla inserção do trabalho remunerado e não remunerado, está sob a determinação de relações sociais de sexo/gênero e de classe, no primeiro caso, e sob relações de sexo/gênero, no segundo caso, o que significam relações de exploração e dominação. É importante salientar que a questão racial que se apresenta como uma dimensão importante na formação da categoria de empregadas domésticas no Brasil, se refletiu no universo dos sujeitos desta pesquisa, também majoritariamente formado de mulheres negras.

O Ministério do Trabalho assim define a categoria de empregada/o doméstica/o:

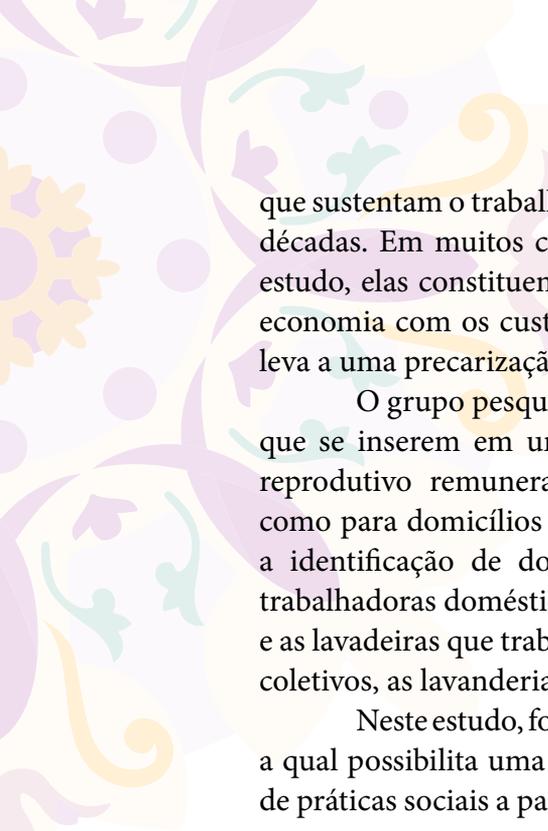
“ Considera-se empregado(a) doméstico(a) aquele(a) maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua

(frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do(a) empregador(a). Nesses termos, integram a categoria os(as) seguintes trabalhadores(as): cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outras. O(a) caseiro(a) também é considerado(a) empregado(a) doméstico(a), quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa (BRASIL, 2008). ”

No âmbito dessa categoria temos duas situações desiguais e diferentes perante a lei: as mensalistas que são reconhecidas como trabalhadoras portadoras de direitos e as diaristas que não são reconhecidas como tal e portanto não tem acesso aos direitos.

A este estudo foi agregada como parte do seu universo uma categoria de trabalhadoras que não exerce seu trabalho remunerado diretamente no âmbito do espaço doméstico alheio mas que prestam serviço relacionado às necessidades do trabalho reprodutivo no âmbito doméstico para manutenção da vida cotidiana, que são denominadas de lavadeiras. No entanto, quase todas as trabalhadoras, com exceção de uma, que compõe o universo desse estudo tem o trabalho doméstico remunerado como ponto de partida da sua vida profissional, que ao longo de suas trajetórias se tornou uma experiência duradoura ou a atividade de trabalho na qual até hoje permanecem.

As especificidades do contexto no qual essa pesquisa foi realizada, em relação ao trabalho doméstico e as conexões e relações que a partir delas são produzidas entre os sujeitos, trouxeram a necessidade de compor esse universo de estudo no sentido de desvelar outras dimensões da sua formação na qual, velhos e novos elementos estão presentes. A profissão de lavadeira está historicamente imbricada na vida da cidade, dos sujeitos e nas práticas de trabalho do trabalho doméstico remunerado. Há uma significativa presença de lavadeiras na cidade de Campina Grande, que formam parte dessa rede de mulheres



que sustentam o trabalho reprodutivo das famílias da cidade, há muitas décadas. Em muitos casos, como se poderá ver nos resultados deste estudo, elas constituem hoje, para patroas/patrões, uma estratégia de economia com os custos do trabalho doméstico externalizado, o que leva a uma precarização do trabalho doméstico.

O grupo pesquisado é constituído, portanto, por trabalhadoras que se inserem em uma rede de mulheres que exercem o trabalho reprodutivo remunerado e não remunerado tanto em suas casas como para domicílios de outras famílias. Para fins analíticos, fizemos a identificação de dois grupos diferenciados de trabalhadoras: as trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas, formando um grupo e as lavadeiras que trabalham por conta própria, em espaços públicos e coletivos, as lavanderias municipais, formando outro grupo.

Neste estudo, foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa, a qual possibilita uma prospecção no cotidiano para o conhecimento de práticas sociais a partir das quais se pode estabelecer a relação entre as macroestruturas e os microprocessos que reproduzem as relações sociais. Os estudos qualitativos são uma base importante para uma abordagem dialética da realidade, como um caminho que permite conhecer as percepções dos sujeitos e as condições materiais e, a partir daí, poder analisá-las levando em consideração as “tensões que constituem as relações sociais” (KERGOAT, 1986).

Consideramos os estudos qualitativos como aqueles que contribuem com a análise de casos que revelam especificidades e a diversidade de práticas sociais em diferentes contextos e as dimensões, em geral, não apreendidas pelos estudos quantitativos dos problemas sociais e, assim, possibilitam instaurar questionamentos sobre as abordagens generalizantes da realidade social. Por exemplo, o aparecimento do sujeito “lavadeira”, como parte da configuração do universo desse estudo é um caso bem emblemático de situações de particularidades que formam o universo maior das relações de trabalho que no cotidiano sustentam o trabalho reprodutivo no interior dos domicílios, denominado trabalho doméstico. A pesquisa qualitativa pode, também, oferecer os meios para a construção de

um conhecimento que leve em consideração as dimensões objetivas e subjetivas presentes nas relações sociais e, no caso deste estudo, nas relações do trabalho doméstico, tema relevante para a reflexão sociológica acerca do mundo do trabalho.

A partir das entrevistas semiestruturadas, foram abordados os temas relativos às experiências de trabalho doméstico, ao tempo de trabalho remunerado e não remunerado, incluindo o tempo de deslocamento, como também questões relativas a participação política. Um roteiro de perguntas foi feito como um meio de conduzir o diálogo acerca dessas questões, a partir do qual os sujeitos falavam livremente, levando em conta que no desenvolvimento de entrevistas as questões podem sempre ser retomadas ou recolocadas pela entrevistadora ou pelos sujeitos da pesquisa, respectivamente. Foram entrevistadas, entre novembro e dezembro de 2014, 23 mulheres. Destas, 08 trabalhavam como diaristas, 07 como mensalistas e 08 como lavadeiras. As entrevistas foram realizadas na sede da associação, em seus locais de trabalho (no caso das lavadeiras) e nas suas residências.

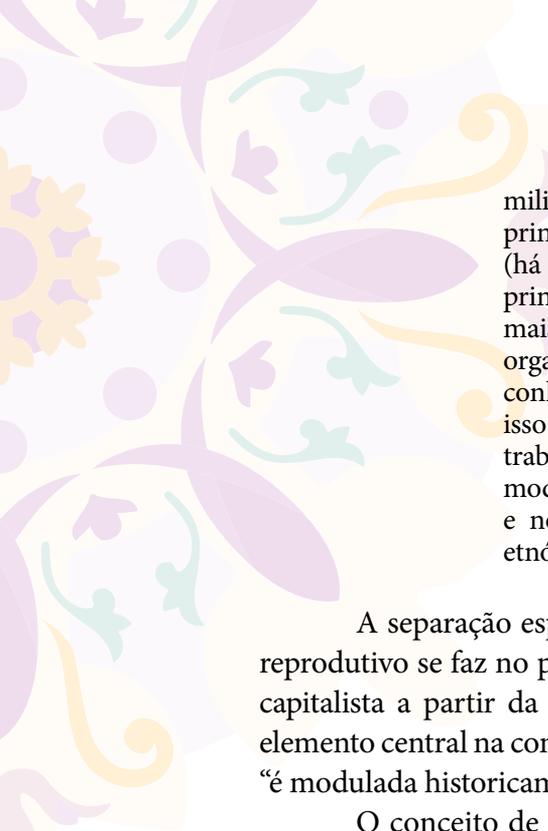
Além da coleta de informações através de técnica que interpela diretamente os sujeitos da pesquisa, foram adotadas formas de observação dos espaços de trabalho durante a realização das entrevistas, no caso das lavadeiras.

Os dados secundários coletados oferecem uma base de sustentação para a conformação e compreensão dos problemas analisados, a partir de um universo mais amplo, no qual este estudo se insere.

Os conceitos de divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico são as referências que dão sustentação ao processo da análise dos dados empíricos.

Para a abordagem aqui apresentada, vejamos a definição de Danièle Kergoat, para quem

“ A divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos,



militares etc.). Esta forma de divisão social tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (há trabalhos de homem e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher). Se esses dois princípios organizadores se encontram em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isso não quer dizer, entretanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, essas modalidades concretas variam fortemente no tempo e no espaço, como o demonstraram abundantemente etnólogos/as e historiadores/as (KERGOAT, 2001, p. 89). ”

A separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo se faz no processo de construção da vida social no sistema capitalista a partir da qual se estrutura a divisão sexual do trabalho, elemento central na constituição das relações sociais de sexo/gênero, que “é modulada historicamente e societalmente” (KERGOAT, 2001 p. 36).

O conceito de trabalho doméstico recobre o trabalho feito de forma gratuita e remunerada e é a forma que o trabalho reprodutivo, segundo Kergoat (2001), ganha no sistema capitalista. De acordo com Saffioti, a relevância do emprego doméstico, no caso do Brasil, é de “profundo significado para o padrão nacional de desenvolvimento do capitalismo, podendo servir de parâmetro para a apreciação do modelo econômico que aqui tem lugar” (SAFFIOTI, 1979, p. 32).

As desigualdades de classe e de raça entre mulheres são, historicamente, um determinante da sua inserção na relação trabalho doméstico gratuito/trabalho remunerado. O trabalho doméstico sempre foi de responsabilidade das mulheres, para as mulheres de todas as classes. Há, no entanto, uma desigualdade social histórica na forma de enfrentar essa relação.

O trabalho doméstico como trabalho das mulheres é um elemento de sustentação da divisão sexual do trabalho e da sua reprodução, o que significa que “as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não parecem ameaçadas em seus fundamentos” (HIRATA, 2002, p. 25).

As análises que salientam a participação das mulheres no mercado de trabalho só ressaltando a presença quantitativa e salientando apenas o crescimento, devem ser problematizadas a partir das condições e relações de trabalho nas quais as mulheres estão inseridas.

As lógicas que regem o tempo do trabalho produtivo e o tempo do trabalho reprodutivo são distintas. O primeiro se rege por,

“ Uma lógica diacrônica, linear e facilmente tornada objetiva mediante o sistema de horário, enquanto o segundo se move em uma lógica sincrônica, difícil de precisar sem a percepção subjetiva da experiência vivida cotidianamente e com uma descontinuidade, só visível através do ciclo de vida feminino (TORNS, 2002, p. 138). ”

A divisão sexual do trabalho é ainda um elemento central na conformação das formas de sociabilidade que se constituem na vida cotidiana. A vida cotidiana tem como seu movimento interno o vivido no dia a dia, e o tempo do trabalho é parte do vivido e do que conforma esse cotidiano. A lógica do trabalho produtivo se impõe sobre os momentos que constituem a vida cotidiana e que formam a base da sua hierarquia e das contradições que surgem da relação entre trabalho produtivo e reprodutivo, como também e por consequência entre trabalho reprodutivo remunerado e não remunerado. A experiência cotidiana das mulheres está diretamente constituída pela divisão sexual do trabalho.

Abordada a partir das práticas do trabalho produtivo e reprodutivo, a noção de vida cotidiana ganha mais densidade, ao incorporar o vivido das mulheres. Sobre o cotidiano e a história, Martins diz o seguinte: “o cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz” (MARTINS, 2008, p. 89). Isso nos parece fundamental quando queremos tratar questões da vida social a partir de uma perspectiva feminista, porque é justamente contra a ideia de uma cotidianidade a-histórica que a teoria social feminista tem formulado sua crítica à naturalização dos mecanismos de reprodução da dominação patriarcal que fazem parte dos processos de socialização no cotidiano.



3 SOBRE OS SUJEITOS DA PESQUISA: PERFIL E TRAJETÓRIAS

Os sujeitos de pesquisa deste estudo formam dois grupos de mulheres que realizam o trabalho reprodutivo de maneira remunerada: trabalhadoras domésticas e lavadeiras. As primeiras realizam o trabalho doméstico no interior de residências, como mensalistas e como diaristas. As lavadeiras realizam parte do trabalho doméstico – lavar e passar roupa – fora das residências, em geral no espaço público das lavanderias. Todas têm em comum uma trajetória no emprego doméstico que foi para a grande maioria o primeiro trabalho remunerado que exerceram.

Figura histórica do trabalho reprodutivo remunerado, a significativa presença das lavadeiras revela também uma resistência destas mulheres para manter a atividade que lhes provinha a renda de sobrevivência frente às transformações sociais, econômicas e ambientais que perpassaram o processo de crescimento econômico e urbanização do município. Antes, as lavadeiras usavam os riachos para a lavagem de roupas. Com o processo de urbanização, a poluição dos rios, elas perderam esse recurso essencial para realizar o trabalho. Então, mobilizaram-se e exigiram do poder público a construção de lavanderias para manterem a atividade. Sua figura une passado e presente na realidade incessante da exploração de mulheres pobres e negras que conformam uma rede de sustentação do trabalho reprodutivo. Embora mude o espaço – dos rios às lavanderias públicas coletivas ou ainda nas suas próprias casas – o sujeito que realiza este trabalho permanece e as condições de precariedade, sobrecarga e desvalorização também.

A construção das lavanderias públicas, há mais de duas décadas, como se apreende dos relatos, é uma conquista desse processo de

resistência. Atualmente, segundo informações da Prefeitura Municipal de Campina Grande, estão em funcionamento 08 lavanderias públicas, onde trabalham cerca de 90 mulheres. Neste estudo, foram entrevistadas trabalhadoras de 03 lavanderias públicas.

Nessa pesquisa, foram entrevistadas mulheres de diferentes faixas etárias: a mais jovem tinha 16 anos (o que se configura numa situação de trabalho ilegal) e a mais idosa, 74 anos. Predominaram trabalhadoras com idade entre 41 a 50 anos (10 entrevistadas), seguidas de mulheres jovens, com idade entre 21 a 30 anos (05 entrevistadas), e entre 31 a 40 anos (05 entrevistadas). Em relação à raça/cor, a maioria das trabalhadoras é negra; entre elas, 10 se auto-identificaram como negras e 08 como “morenas”. Essa configuração do grupo de pesquisadas reflete o quadro do emprego doméstico no país.

A maior parte das trabalhadoras nasceu em Campina Grande ou em cidades vizinhas, da mesma região do estado. Mesmo entre aquelas que migraram de outros municípios, em geral há um longo tempo de residência na cidade. Algumas relatam terem migrado da zona rural para a área urbana. Apenas quatro trabalhadoras nasceram em outros estados do país.

TABELA 01: LOCAL DE NASCIMENTO

Grupo familiar	Número de Entrevistadas
Da própria região no Estado	17
De fora	4
Não respondeu	2
Total	23

Fonte: Pesquisa de Campo, CENTRAC, 2014.

Todas as entrevistadas manifestaram ser adeptas de alguma religião. A maioria afirmou ser católica. A segunda religião mais citada é a evangélica. Duas entrevistadas afirmaram ser espíritas e uma, cristã.

A maior parte dessas trabalhadoras possui baixa escolaridade. Entre elas, 02 informaram não ter se alfabetizado, 01 é apenas alfabetizada e a parte mais expressiva, 09 trabalhadoras, não concluiu o ensino fundamental. Apenas 05 entrevistadas concluíram o ensino médio, 04 têm o ensino médio incompleto e 02 concluíram o ensino fundamental.

A baixa escolarização reflete uma trajetória marcada pela interrupção dos estudos, uma experiência compartilhada por quase todas as trabalhadoras entrevistadas. Muitas, ainda na infância.

“ Comecei a trabalhar aos 12 anos [...] e foram meus estudos ficando pra trás. Terminar, só após adulta (Entrevistada 01). ”

As razões principais apontadas para isso foi a pobreza das suas famílias, a inexistência de escolas para as que viviam no campo e a distância para chegar nas localidades onde existiam, no passado. No presente, os deslocamentos também aparecem como obstáculo entre as que vivem em bairros sem escola e distantes daqueles mais equipados com serviços públicos. É a situação das que residem em conjuntos habitacionais populares que, em geral, são construídos em áreas longínquas da cidade. Algo que se destaca na trajetória de estudos é o fato de uma parte expressiva das entrevistadas afirmar ter abandonado os estudos por causa de namoro, como se vê nos depoimentos a seguir.

“ exatamente eu vou falar a verdade, esse negócio de namorar...deixei de estudar, não me interessei mais. Tô aprendendo a fazer o nome agora (Entrevistada 12). ”

“ a gente morava no sítio, era uma dificuldade pra estudar. Não tinha professor e antigamente quando eu morava no sítio o estudo era “cartilha do povo”, do mobral. Eu só estudava nessa cartilha do povo... vim praqui analfabeta,

na cozinha dos outros, e aí faz 26 anos que tô aqui dentro [...] Parei porque a gente morava no sítio e os pais das meninas que ensinavam a gente foram embora morar na cidade, aí não tinha professora pra ensinar, aí a gente ficou analfabeta (Entrevistada 02). ”

“ sabe porque eu não estudei? Porque a gente morava no sítio e meu pai só colocava a gente pra limpar mato. Mas as outras minhas irmãs, tudinho, estudaram, só não eu, porque era mais sem sorte... Eu era encostada da mais velha e cuidei dos irmãos, com eles trabalhando no roçado (Entrevistada 07). ”

A interrupção dos estudos por motivo de gravidez está presente na trajetória das mais idosas às mais jovens entrevistadas. Chama atenção o relato de duas entrevistadas jovens, uma adolescente de 16 anos e outra jovem na faixa dos 20 anos, afirmaram terem deixado os estudos quando engravidaram, por vergonha. A falta de suporte para cuidar dos filhos(as) pequenos também é uma das razões para interromper os estudos.

“ Porque eu engravidei, quando tava perto dela nascer aí eu saí dos estudos. Aí depois voltei de novo, engravidei de novo. O único problema era só esse, porque eu engravidava aí eu ficava com vergonha e também tinha muito enjôo (Entrevistada 08). ”

De uma maneira geral, as trabalhadoras enxergam na baixa escolaridade o principal motivo para sua entrada e permanência no emprego doméstico ou na atividade de lavadeira. A falta de estudos, seja pela interrupção ou pela impossibilidade de seguir estudando para aquelas que manifestam esse desejo, tem um significado de profunda frustração. As narrativas expressam lamento e, ao mesmo tempo, resignação com essa situação, na medida em que os depoimentos revelam que elas enxergam pouca ou nenhuma possibilidade de retomar ou prosseguir seu processo de escolarização.

Muitas avaliam que em seu contexto, na infância e juventude,

não havia as condições e possibilidades que hoje são oferecidas para jovens da mesma condição econômica delas. Uma manifestou a inadequação dos programas do Governo para mulheres na sua faixa etária e condição econômica.

“ [...] às vezes o governo faz programas, mas ele sempre tá excluindo algo. Vamos dizer um programa para terminar os estudos, aí ele só aceita até 30 anos, aí quem tem 35 num pode fazer, resumindo, quem queria fazer não faz e aqueles da idade não quer fazer, fica na mesma, vamos dizer... Todo mundo pode fazer, porque tem outras pessoas que também querem fazer, como eu que mesmo queria terminar os estudos, mas devido as dificuldades que é muito grande, condução de ônibus que você tem que pagar, trabalho, a vida é complicada porque, o que eles veem de lá, eles não veem tudo, vê por cima, as coisas que tem pra você passar por cima daquilo, porque tudo se faz com dinheiro aqui na terra, tudo, sem dinheiro você não é nada (Entrevistada 17). ”

Nas narrativas, sobressai a avaliação de que são elas, individualmente, as responsáveis por sua baixa escolaridade. Elas se referem a “desinteresse” ou “falta de vontade” para seguir nos estudos. Nos próprios relatos, emerge um paradoxo: ao mesmo tempo em que relatam as dificuldades objetivas que enfrentaram e enfrentam para seguir nos estudos, explicam sua baixa escolaridade como um déficit delas mesmas, com algo que elas, individualmente, deveriam superar.

“ Não tenho força de vontade para mudar [...] o problema tá em mim (Entrevistada 05). ”

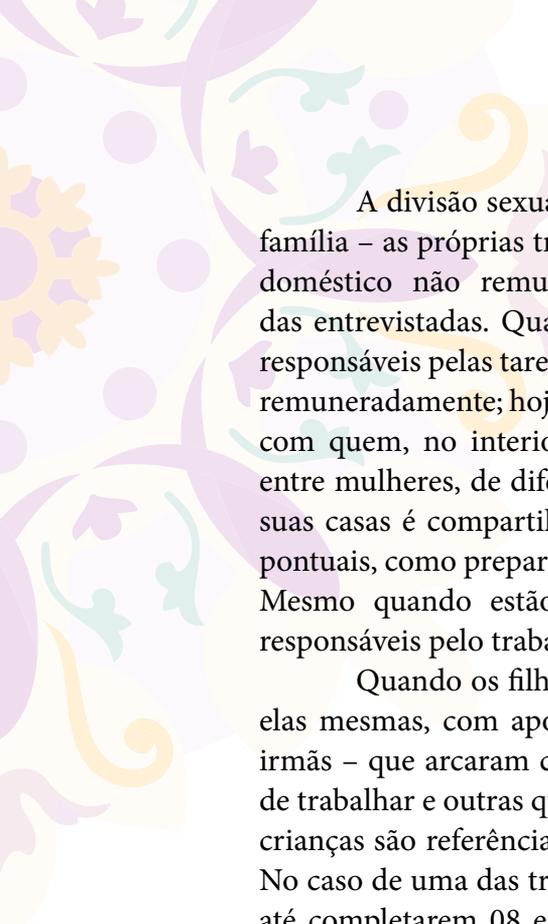
Mais da metade das entrevistas afirma ser casada ou estar em união estável; 04 são divorciadas e 02 solteiras. Apenas uma entrevistada não tem filhos(as). Entre as demais, a maioria, 18 entrevistadas, possui de um a três filhos(as). Entre as entrevistadas, é mais expressiva a média de 02 filhos(as).

No universo da pesquisa, são encontrados diferentes arranjos familiares. Prevalece, entretanto, o grupo familiar nuclear, com marido e filhos(as). Porém, nos relatos do dia a dia, com suas tarefas e jornadas, os maridos são pouco referidos pelas trabalhadoras. Destacam-se, no entanto, arranjos em que as mulheres vivem com familiares (em geral, avós ou irmãs) e filhas(os). É o suporte destas mulheres, avós, irmãs ou filhas, no trabalho reprodutivo nas próprias casas, que em geral é bastante relatado por elas como o apoio fundamental de que dispõe para garantir a elas a possibilidade de trabalhar remuneradamente.

TABELA 02: GRUPO FAMILIAR

Grupo familiar	Número de Entrevistadas
Sozinha	1
Com filhos	2
Com marido e filhos	9
Com mãe e filhos	2
Com marido	1
Com marido, filhos e netos	2
Com filha e netos	1
Com marido, filhos e sobrinhos	1
Com irmã, filha, sobrinhas e sobrinha neta	2
Com marido e netos	1
Com pai e mãe	1
Total	23

Fonte: Pesquisa de Campo, CENTRAC, 2014.



A divisão sexual do trabalho, com a atribuição às mulheres da família – as próprias trabalhadoras, suas filhas ou mães – do trabalho doméstico não remunerado, está patente na realidade cotidiana das entrevistadas. Quando meninas, muitas relataram terem sido as responsáveis pelas tarefas domésticas liberando as mães para trabalhar remuneradamente; hoje, também suas filhas emergem como as pessoas com quem, no interior das famílias, compartilham essas tarefas. É entre mulheres, de diferentes gerações, que o trabalho doméstico nas suas casas é compartilhado. Maridos são referidos em tarefas muito pontuais, como preparar café, esquentar comida, levar filhos na escola. Mesmo quando estão desempregados, são elas que permanecem responsáveis pelo trabalho reprodutivo.

Quando os filhos eram pequenos(as), elas afirmam que foram elas mesmas, com apoio de outras mulheres – suas mães, filhas ou irmãs – que arcaram com o cuidado. Algumas relatam terem parado de trabalhar e outras que continuaram graças a esse apoio. As avós das crianças são referências importantes de apoio nas tarefas de cuidado. No caso de uma das trabalhadoras, os dois filhos moraram com a avó até completarem 08 e 09 anos, quando então ela teve condições de cuidar deles. No caso das lavadeiras, um número expressivo afirmou ter levado os filhos(as) pequenos(as) para a lavanderia, realizando simultaneamente o trabalho de cuidado e o trabalho remunerado. O apoio da creche foi citado pontualmente, assim como dos companheiros.

“ Eu, minha mãe me ajuda. Eu me casei até, mas não deu certo, porque ao invés do meu marido me ajudar, tava me atrasando mais ainda. No tempo que eu tava com ele eu não podia trabalhar, tive que sair do emprego (Entrevistada 11). ”

A situação mais presente na realidade dos sujeitos desse estudo é de baixos rendimentos com o emprego doméstico e de lavadeira. A maior parte das trabalhadoras afirma ganhar menos de um salário mínimo. Apenas duas trabalhadoras afirmam ganhar o salário mínimo e 04 ganham acima de um salário.

Chamou atenção a situação de uma trabalhadora cuja atividade é o cuidado com uma criança na casa vizinha. Sua renda mensal por essa atividade é de apenas R\$ 50,00. Trata-se de uma situação em que famílias também pauperizadas remuneram outras mulheres para cuidar de seus filhos(as), um arranjo cada vez mais presente na realidade das mulheres das classes populares (SOS CORPO/DATAPOPULAR, 2013). De uma maneira geral, essa situação está associada a inexistências de equipamentos públicos, como creches e escolas em horário integral ou com a inadequação dos horários de funcionamento dos mesmos em relação à realidade de trabalho remunerado das famílias. É o que ocorre neste caso: embora a criança estude em tempo integral, os horários de entrada e saída não coincidem com o dos pais e há uma pausa no horário do almoço. Para isso, a família remunera essa adolescente para levá-lo e buscá-lo, além de preparar e servir seu almoço.

TABELA 03: SALÁRIO (NO EMPREGO DOMÉSTICO E LAVANDERIA)

Salário	Número de Entrevistadas
R\$ 50,00	1
Na faixa de R\$ 100,00	1
Na faixa de R\$ 200,00	0
Na faixa de R\$ 300,00	4
Na faixa de R\$ 400,00	6
Na faixa de R\$ 500,00	2
Na faixa de R\$ 600,00	2
Salário mínimo	2
Acima de salário mínimo	4
Não sabe	1
Total	23

Fonte: Pesquisa de Campo, CENTRAC, 2014.

Quando analisamos a renda familiar, a média de rendimentos mantém-se muito baixa. Um contingente significativo possui rendimento de até um salário mínimo. A faixa de renda mais expressiva se situa entre um e dois salários mínimos. Apenas cinco trabalhadoras afirmam que o rendimento familiar ultrapassa dois salários mínimos, como se vê na tabela abaixo:

TABELA 04: RENDA FAMILIAR

Salário	Número de Entrevistadas
Menos de um salário mínimo	4
Um salário mínimo	3
De mais de um salário mínimo a dois	10
Acima de dois salários mínimos	5
NR (nenhuma renda)	1
Total	23

Fonte: Pesquisa de Campo, CENTRAC, 2014.

É importante ressaltar que, em muitos casos, a composição da renda familiar vem de outras atividades remuneradas desenvolvidas pela própria trabalhadora, como venda de comidas, serviços de manicure e venda de produtos de revista; e das transferências de renda do bolsa família. Quer dizer, elas mesmas compõem a renda familiar, somando o salário no emprego doméstico com a renda de outras atividades – intensificando, portanto, sua jornada de trabalho - e da transferência de renda do Bolsa Família.

A maioria aponta que seus bairros têm saneamento básico, mas ao mesmo tempo relatam problemas no esgoto frequentes nas áreas onde moram. A descrição das condições das ruas mostra precariedade

de saneamento, com a presença de fossas estouradas, problemas no acesso à água, lama e poeira nas ruas. A ausência de serviços públicos nos bairros também é destacada pelas trabalhadoras, especialmente creches, equipamentos de lazer e postos de saúde.

“ Às vezes passa uma semana sem água e a gente fica pegando água num cano que a gente colocou uma torneira pra pegar com uma mangueira (Entrevistada 09). ”

O principal problema enfrentado pelas trabalhadoras é a precariedade da saúde. Elas destacam a falta de postos de saúde nos bairros, a dificuldade em conseguir atendimento e a demora para realizar exame.

O segundo problema mais destacado é a falta de segurança. Há relatos de roubos e assaltos e as narrativas expressam que um sentimento de insegurança é parte do cotidiano das trabalhadoras. Em que pese ser uma cidade de médio porte, os deslocamentos e a mobilidade também aparecem como uma dificuldade no dia a dia das trabalhadoras, por exemplo, para acesso ao trabalho, às escolas e aos equipamentos de lazer.

4 TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO:

Uma trajetória que começa na infância e segue por toda a vida

As entrevistadas iniciaram sua trajetória de trabalho remunerado no emprego doméstico. Muitas, ainda na infância ou no início da adolescência. Quando crianças, é principalmente a situação de pobreza de suas famílias que as levam ao trabalho remunerado. As lavadeiras também iniciaram sua trajetória laboral no emprego doméstico no interior de residências. Apenas uma relata ter começado a trabalhar remuneradamente como lavadeira.

Para aquelas que são empregadas domésticas, este foi o único emprego que tiveram ao longo da vida, salvo uma trabalhadora que relatou ter trabalhado com carteira assinada em outra ocupação. Desde a infância e por longos períodos, percorreram uma trajetória de emprego precário, destituído de direitos. Alguns sujeitos da pesquisa relatam que permaneceram longos períodos trabalhando para um(a) mesmo(a) empregador(a), sem direitos garantidos.

“Primeiro emprego foi trabalho doméstico. Na primeira casa, tinha 08 anos. Colocava tamburete para lavar prato. Mas também saí de lá e não tive direito a nada. Ela não me deu... [...] Eu criei os filhos dela tudinho. Passei mais de 30 anos na casa dela. Ela não queria que eu casasse. Aí eu disse: sendo assim, eu vou embora pra casa. Aí eu fui pra São José do Egito, onde meus pais moravam. Depois arrumei emprego aqui, vim praqui e me casei (Entrevistada 10).”

Essa inserção precoce se dá, em geral, em prejuízo dos estudos e é narrada como uma experiência difícil e dolorosa, sobretudo para as que eram ainda crianças quando começaram a trabalhar remuneradamente.

“ Foi muito triste, porque eu comecei cuidando de uma criança, eu sendo uma criança. Sem saber, mas eu cuidava. Infelizmente, eu cuidava e fui passando a fazer outras atividades, até quando eu cheguei a completar os meus 17 e já sabia fazer tudo (Entrevistada 08). ”

“ Foi muito ruim, deixei a infância pra trás. Era a época de tá brincando de boneca e eu tava lavando roupa. Morava em Alagoa Nova. Lavava e passava roupa, sofri queimadura e um choque elétrico (Entrevistada 01). ”

Outro grupo de trabalhadoras entrevistado afirma que entrou no emprego doméstico para superar situações de dependência financeira dos maridos ou dos pais. O emprego doméstico foi uma forma de buscar garantir “as próprias coisas” ou, ainda, melhores condições de vida para os(as) filhos(as). A falta de renda própria as submetia a situações de opressão por parte dos companheiros e pais, como se vê nos depoimentos abaixo:

“ Comecei como trabalhadora doméstica, porque eu tinha um marido muito ruim e aconteceu um período da minha vida que eu fiquei sem ter shampoo pra lavar o cabelo, quando eu fui pedir o dinheiro a ele, ele disse “eu tenho, mas fui eu que trabalhei eu não vou lhe dar, se vire!” E esse “se vira”, ele mandou eu me virar de qualquer forma. Só que eu nunca tinha trabalhado, na época eu tinha o que? Tinha 22 anos, aí conversando com uma menina, a amiga dela disse: “Olhe [...] eu tô precisando de uma pessoa lá na rua X, tu quer ir lá trabalhar?” Eu disse: “vou”. Aí quando eu cheguei lá, eu acertei, eu achava, eu mesma, achava que só ia passar uma semana, porque a mulher era muito exigente. Só que eu precisava, eu fui me acomodando, só que eu... assim... resumindo, eu trabalhei 21 anos no mesmo canto sem carteira assinada, sem ter direito a um feriado, nunca tirei um dia de férias e saí, porque eu me aborreci (Entrevistada 19). ”

A narrativa de alguns sujeitos de pesquisa expressa uma entrada no emprego doméstico que é narrada como aparentemente “fortuita”, principalmente entre aquelas que começaram a trabalhar como babás, ainda na infância. Algumas começaram no emprego com menos de

10 anos de idade. O que, aparentemente, é narrado como um tempo dedicado à “brincadeira com outras crianças” era expressão de uma relação social de desigualdade de classe e raça profunda. Era o fato de ser uma menina pobre que as levava a ser cuidadoras de meninas da classe média na cidade, numa relação de exploração que permaneceu, no caso dos sujeitos da pesquisa. Começavam a cuidar de crianças na casa de patrões, sem nenhuma remuneração, e ali permaneceram por extensos períodos.

“ Foi bem ruim, eu acho, porque eu trabalhava e as pessoas não me pagavam. Melhorou agora que a mãe dele me paga. Mas quando eu trabalhava antes, não me pagava. Acho assim, por causa da minha idade. Eu ia cobrar e elas não me pagavam. Eu ficava lá mais ou menos um mês, às vezes uma semana, e não pagava (Entrevistada 14). ”

“ Primeiro emprego foi doméstico. Eu era adolescente, tinha 15 para dezesseis anos, aí eu ia passando numa rua, vi uma menininha muito linda. Comecei a brincar com ela e aí pronto, comecei a trabalhar e passei 12 anos [...] Eu passava pra escola todo dia, eu ficava brincando com ela e a mãe da menina perguntou se eu não queria ficar lá [...] Ela foi falar com minha mãe e a minha mãe deixou. Tinha babá, eu só fui pra brincar com ela. Depois eu terminei ficando lá e saí pra casar. Fiquei de 13 pra 14 anos (Entrevistada 07). ”

A entrada no emprego doméstico foi também apontada, para algumas, como uma inserção “temporária” em momento de dificuldade financeira que, no entanto, se manteve como a realidade e possibilidade de emprego até os dias atuais.

A maioria dos sujeitos afirma que a entrada no emprego doméstico não foi uma opção, mas uma necessidade em função da pobreza, da dependência econômica e, principalmente, da falta de estudos. Aquelas que hoje trabalham remuneradamente e expressam um desejo de mudar, ao mesmo tempo expressam a falta de condições para viabilizar essa mudança. O principal motivo é a falta de escolaridade para conseguir um outro emprego. A discriminação racial aparece na narrativa de uma das entrevistadas, uma mulher negra. Algumas transferem para os filhos essa possibilidade.

“ Com certeza, mas não tenho condições de mudar, né, mulher, fazer o quê? [...] Até pra varrer rua tem que ter o primeiro grau completo e eu não tenho(Entrevistada 02). ”

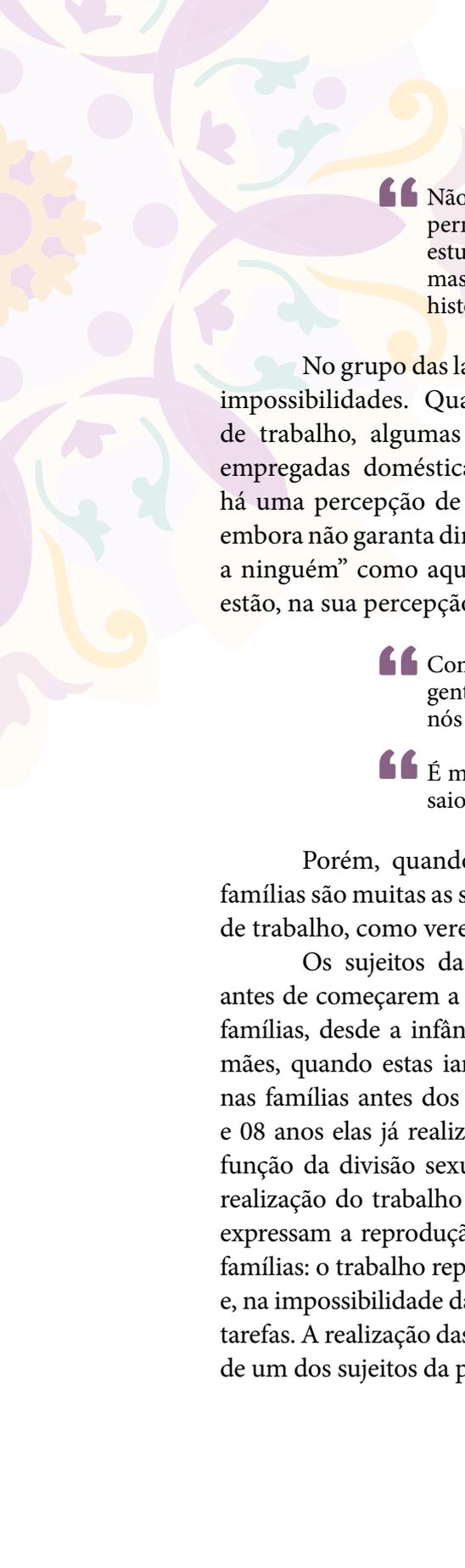
“ Busco outros serviços, mas as portas são fechadas. Se você não tem o primeiro emprego de carteira assinada e se você não tem conhecimentos, aqui na Paraíba é assim: vai pro trabalho doméstico (Entrevistada 01). ”

“ Pra dar os estudos aos meus filhos, já que eu não tive. Eu só não tive por conta de condições financeiras dos meus pais, porque queria estudar em Boqueirão, mas eles não tinham condições de me manter em Boqueirão para estudar, mas aí não estudei... Quando me casei, que tive meus filhos, quando minha menina tava com 16 anos e tinha terminado a 8ª série eu disse: eu vou arrumar um emprego para dar os estudos aos meus filhos. Aí vim morar aqui em Campina Grande, desde 2001, para dar os estudos a eles para pelo menos terminar o científico (Entrevistada 06). ”

Mesmo as que manifestam desejo de mudar de trabalho, no qual entraram e permanecem por falta de opção, não desqualificam a atividade que realizam. A mudança de trabalho não é motivada por sentimento de desvalorização ou vergonha em relação ao emprego doméstico. Pelo contrário, em seu discurso, as trabalhadoras ressaltam o valor do trabalho e relacionam a mudança à melhoria das suas condições de vida por meio de um trabalho que ofereça melhores rendimentos, direitos, estabilidade e segurança. Assim, analisam que não é o trabalho doméstico em si o problema, mas a falta de direitos que ainda hoje marca as relações de trabalho neste emprego. Algumas afirmam que só mudariam por meio de estudos, que permitissem ocupar uma atividade com melhores condições.

“ Não porque não goste, mas quero melhorar de vida (Entrevistada 03). ”

“ Não tive tanto tempo, tanta oportunidade de estudar como hoje que tem muita oportunidade e eu me acostumei a esse trabalho e eu acho bom. Tenho desejo de permanecer (Entrevistada 04). ”



“ Não, eu penso em permanecer, mas se um dia Deus permitir eu chegar a estudar, de eu voltar aos meus estudos, fazer uma faculdade e procurar outra coisa, mas o trabalho doméstico nunca vai deixar de ser minha história de luta (Entrevistada 08). ”

No grupo das lavadeiras, as entrevistadas expressam as mesmas impossibilidades. Quando perguntadas sobre o desejo de mudar de trabalho, algumas entrevistadas se remetem ao trabalho como empregadas domésticas como essa outra possibilidade. Entre elas, há uma percepção de que o trabalho como lavadeira é melhor, pois embora não garanta direitos, é uma atividade na qual não estão “sujeitas a ninguém” como aquelas que trabalham no interior das residências estão, na sua percepção, e onde “podem fazer seus horários”.

“ Como lavadeira eu acho melhor, porque de doméstica a gente passa a semana todinha na casa do pessoal [...] aqui nós pega direto, mas pra gente mesmo (Entrevistada 16). ”

“ É melhor do que a cozinha dos outros, creio eu... eu só saio daqui, pro cemitério (Entrevistada 02). ”

Porém, quando narram suas condições de trabalho para as famílias são muitas as situações que ilustram a subordinação na relação de trabalho, como veremos adiante.

Os sujeitos da pesquisa já realizavam o trabalho doméstico antes de começarem a ser empregadas domésticas. No interior de suas famílias, desde a infância, já faziam tarefas domésticas para apoiar as mães, quando estas iam trabalhar. A maioria iniciou a aprendizagem nas famílias antes dos 10 anos de idade. Há relatos de que aos 06, 07 e 08 anos elas já realizavam tarefas domésticas apoiando as mães. Em função da divisão sexual do trabalho, já meninas lhes foi atribuída a realização do trabalho reprodutivo nas suas famílias. Os depoimentos expressam a reprodução da divisão sexual do trabalho no interior das famílias: o trabalho reprodutivo era assumido pelas mulheres da família e, na impossibilidade das mães, elas, na condição de filhas, realizavam as tarefas. A realização das tarefas domésticas é também apontada no relato de um dos sujeitos da pesquisa como uma obrigação do casamento.

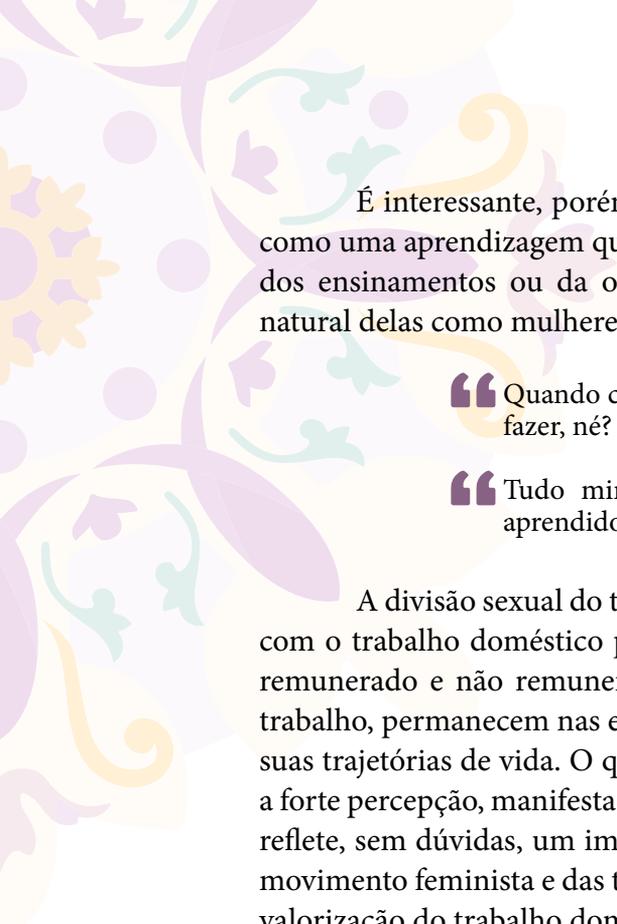
Foi assim que a maioria aprendeu a realizar as atividades do trabalho doméstico, nas próprias casas, ensinadas por suas mães ou avós. A aprendizagem do trabalho doméstico é parte da experiência de socialização e educação que vivenciaram como meninas no interior de suas famílias.

“ Desde criança, que minha mãe era da agricultura e a gente ficava cuidando das crianças em casa e cuidando da casa, né, dos serviços domésticos (Entrevistada 04). ”

“ Comecei quando eu tinha uns 10 anos. Eu tinha medo de ligar o fogão por causa que eu fiquei com medo. Uma vez quase que eu queimava meus dedos. Quando foi depois, eu tirei aquele medo de mim, encarei aí, acendi o fogo, aí pronto. Aí assim, é tanto que hoje eu sei fazer feijão, arroz, macarrão, cuscuz, carne... quando a mãe sai não tenho aquela dificuldade. Sei varrer a casa, sei fazer tudo (Entrevistada 05). ”

“ Desde quando eu morava com minha mãe. Comecei a fazer as coisas eu tinha 06 anos, porque a gente morava no sítio, aí todo mundo ia trabalhar e ficava uma ou duas. Eu era a menorzinha, mas sempre tinha que estar fazendo alguma coisa, ou varrendo uma casa, ou dobrando os panos, ou lavando mesmo, porque a minha mãe botava a gente pra fazer e quando fui ficando mais velha um pouquinho, a gente ia pro roçado. Depois fui morar com uma prima minha, na casa dessa minha tia era que eu trabalhava mesmo, cuidava das crianças, tomava conta da casa toda, cuidava em comida, eu tinha de 09 para 10 anos... (Entrevistada 07). ”

Outras relatam que aprenderam ou aprimoraram a aprendizagem quando começaram a trabalhar remuneradamente. Outras ainda expressam que é no momento do emprego, com as suas “exigências”, que se aprimoraram, para atender às demandas de famílias com outra realidade econômica, outros hábitos e dinâmicas. Nenhuma trabalhadora afirmou ter realizado curso de formação profissional para atuar como empregadas domésticas. É nesse momento que a maioria considera que se deu sua profissionalização.



É interessante, porém, como a realização destas tarefas é vista como uma aprendizagem que se inicia na infância e prossegue a partir dos ensinamentos ou da observação das mães e não com atributo natural delas como mulheres.

“ Quando casei que arrumei primeiro marido, aí tive que fazer, né? (Entrevistada 13). ”

“ Tudo minha mãe me ensinou, ninguém não nasce aprendido (Entrevistada 16). ”

A divisão sexual do trabalho que as impõe as responsabilidades com o trabalho doméstico pelo fato de serem mulheres (no trabalho remunerado e não remunerado) e estabelece um desvalor para esse trabalho, permanecem nas experiências das trabalhadoras ao longo de suas trajetórias de vida. O que parece ser um indicador de mudança é a forte percepção, manifestada por elas, do valor do seu trabalho, o que reflete, sem dúvidas, um importante resultado das décadas de luta do movimento feminista e das trabalhadoras domésticas organizadas pela valorização do trabalho doméstico – remunerado e não remunerado.

5 CONDIÇÕES DE TRABALHO E DIREITOS

As condições de trabalho vivenciadas pelo universo das trabalhadoras pesquisadas conformam uma situação de bastante precariedade: baixos rendimentos, ausência de direitos e falta de estrutura para realização do seu trabalho.

O grau de formalização do trabalho é baixíssimo entre as trabalhadoras que participaram do estudo. No universo das entrevistadas, apenas 04 têm a carteira de trabalho assinada (mensalistas), 18 não tem carteira assinada (dentre as quais 08 são lavadeiras) e 1 é uma lavadeira já aposentada. Essa situação se reflete em um quadro de desproteção social, pois a maioria delas não é segurada da previdência social. Apenas 09 trabalhadoras afirmam contribuir para o INSS e entre estas, algumas iniciaram sua contribuição muito recentemente. O número mais expressivo, 12 entrevistadas, não contribui e entre estas 10 nunca contribuíram na vida.

“Tenho não. Porque eu já fui trabalhar em casa de família a mulher disse que tinha assinado minha carteira e não assinou, assinou só a carteira, mas não tava contribuindo com o INSS, quando chegou o momento que eu precisei do INSS, quando chegou lá ela não tinha pago, aí foi quando eu comecei contribuir com a previdência, foi quando eu comecei a dar valor, porque pra mim não tinha importância, eu dizia: “isso é besteira” [...] Mas quando eu precisei foi que eu vim aprendi a dar valor, aí faz 4 anos que eu to contribuindo (Entrevistada 12).”

As lavadeiras entrevistadas reconhecem a condição de desregulamentação de sua ocupação que, ao ser realizada como uma tarefa externalizada, não se enquadra na categoria legal das trabalhadoras domésticas. A análise das relações e das condições de trabalho configuram que a contratação do serviço de lavadeiras na cidade não está relacionada apenas com elementos culturais ou a hábitos e preferências. Antes, parecem se configurar como uma

estratégia acionada pelas famílias contratantes para terem parte de seu trabalho reprodutivo realizado a baixo custo e sem vínculos. O baixo custo tem a ver tanto com os baixos valores pagos às lavadeiras como também por desonerarem as famílias com gastos de água e eletricidade. Estes custos, nesse caso, são assumidos pelo poder público: viabilizam o trabalho das lavadeiras, mas sem direitos. Algumas entrevistadas relacionam a ausência de direitos com o desvalor que marca a atividade, como expressa o depoimento seguinte.

“ Nenhum. Porque eu já procurei, olhe, em calendário você procura, o dia do médico, do avô, dia das crianças, dia dos pais, dia das mães, dia das domésticas, dia não sei de quê, mas procure o dia da lavadeira, pra ver se você encontra! Infelizmente, nós não têm valor. [...] Não tem carteira assinada. Queria nois! Diz que lavadeira não tem direito. Só pra um pessoal, faz 26 anos que eu trabalho. Eu comecei a lavar pra elas eu tava grávida da minha menina. Minha menina já fez 26 anos, quer dizer, já faz 26 anos, né? Eles não assinam não. Lavadeira não tem valor (Entrevistada 02). ”

“ Direitos? Doméstica ainda tem, mas lavadeira não tem direito a nada (Entrevistada 07). ”

As diaristas são também outra expressão da precarização do trabalho doméstico remunerado. Essas trabalhadoras ainda não têm uma regulamentação do vínculo do trabalho estabelecida e reconhecem nisso o principal obstáculo para ter acesso a direitos. Hoje, no Brasil, o vínculo de trabalho é reconhecido para aquelas que prestam serviços no mínimo 03 vezes por semana em uma residência.

“ São casas um pouco grande em vista da minha. Dentro de um dia, com uma diária, eu nunca dou conta de fazer tudo praquele dia não. Eu digo: “mulher, tudo num dia só não dá. Tem paciência, porque tu quer diarista só pra tapear [...]” Não tenho carteira assinada porque elas não querem passar mais de 02 dias comigo, porque dizem que vão criar um vínculo e elas não têm condições... só vou uma ou duas vezes no mês. Quando é preciso é que ela me chama (Entrevistada 08). ”

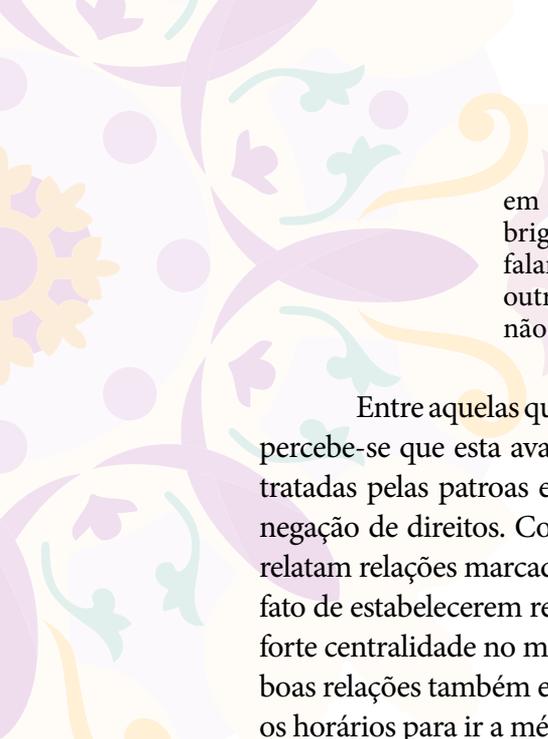
“ Eu acho que eu nunca tive acesso a nenhum, porque nunca trabalhei numa casa como empregada doméstica, porque eu sempre trabalhei de faxina (Entrevistada 05). ”

Um conjunto significativo de entrevistadas avalia que suas condições de trabalho “não são boas”. O principal fator para essa avaliação são as baixas remunerações, situação partilhada por mensalistas sem carteira, diaristas e lavadeiras. Elas se referem a uma intensa carga de trabalho pela qual recebem baixos salários e não têm nenhum direito assegurado. Entre as diaristas e mensalistas, a maior parte afirma ser a única trabalhadora doméstica empregada na casa, responsável pelo conjunto das atividades domésticas. No caso das diaristas, a intensidade da exploração se agrava na medida em que têm que realizar todas essas tarefas em um ou dois dias.

Essa situação agrava-se no caso das lavadeiras, que prestam serviços por conta própria, e das diaristas, cuja atividade ainda não tem regulamentação. As lavadeiras chegam a trabalhar para 10 famílias e se submetem a prestação de serviços com remunerações baixíssimas para não perderem as clientes, em um contexto que parece ser de escassez de trabalho. Relatam situações em que clientes fazem ameaças, como a de comprar máquina de lavar ou arrumar outras trabalhadoras, quando elas reclamam do valor do serviço. A exploração, no caso delas, se agrava em função da permanente ameaça de desaparecimento da profissão.

Embora se refiram a que uma vantagem de sua situação em relação a das empregadas domésticas ser a não submissão a um patrão/patroa diretamente, situações como essa são exemplos de subordinação no trabalho. No caso das lavadeiras, os rendimentos variam de uma família para outra. O volume de trabalho, isto é, de roupas para lavar e passar, pode variar de uma casa para outra mas não é isso que parece definir seu rendimento. O valor por família é fixo independente do volume de roupas para lavar, como mostra o depoimento a seguir:

“ Horríveis, porque a gente ganha muito pouco, eu mesmo tenho uma lavagem de roupa, minha filha, tem uma aí, que é de 15 em 15 dias, ele paga R\$40,00, mas bota roupa com força, na semana quem vem pouca, sabe o que é que ele faz? Bota edredom, bota colcha tudo incluído na roupa e paga sempre a mesma coisa, já falei



em aumentar sabe o que é que ele faz? Pega logo uma briga, uma discussão, muito anos lavando quando vai falar em aumento sabe o que é que diz? “Vou arrumar outra pessoa ou então compro uma máquina” e a gente não pode perder, a gente vive disso! (Entrevistada 21). ”

Entre aquelas que avaliam suas condições de trabalho como “boas”, percebe-se que esta avaliação está em geral associada à forma como são tratadas pelas patroas e patrões, ainda que isto conviva com práticas de negação de direitos. Como, ao longo de suas trajetórias de trabalho, elas relatam relações marcadas por sujeição, autoritarismo e discriminações, o fato de estabelecerem relações aparentemente livres dessas práticas ganha forte centralidade no modo como avaliam suas condições de trabalho. As boas relações também estão relacionadas com a possibilidade de negociar os horários para ir a médico ou para viajar.

Uma das trabalhadoras, diarista, destaca como exemplo da boa relação com a patroa o fato dela compartilhar com ela as tarefas de preparo do almoço. Porém, quando se refere às suas atividades, ela não menciona essa tarefa como atribuição sua. As boas relações, nesse caso, implicam em que a trabalhadora realize tarefas extras e, assim, amplie a intensidade do seu trabalho. Outros estudos sobre trabalhadoras domésticas apontam que é na casa onde são tratadas como “parte da família” que se dá uma maior apropriação do tempo de trabalho das empregadas, ao longo do dia e da vida (Cf. ÁVILA, 2010). De uma maneira geral, as relações que as patroas e patrões estabelecem com elas são para elas um elemento decisivo na percepção de suas condições de trabalho.

“ Condições estão boas, não tenho do que reclamar, a patroa, a gente combina, eu e ela.[...] Tem essa viagem que eu vou fazer agora, eu vou para passar 04 dias lá, mas isso ela não desconta do salário não, eu vou numa boa (Entrevistada 07). ”

Entre as entrevistadas, também se destaca a percepção de que há melhorias nas condições de trabalho das trabalhadoras domésticas atualmente, especialmente com a conquista do direito a uma jornada regulada de trabalho estabelecida após a aprovação da Emenda Constitucional 72/2013.

“ Também são muito boas, acho que seja, não são tão exploradas quanto antes, né? Hoje já tá mais... eu acho que são boas (Entrevistada 03). ”

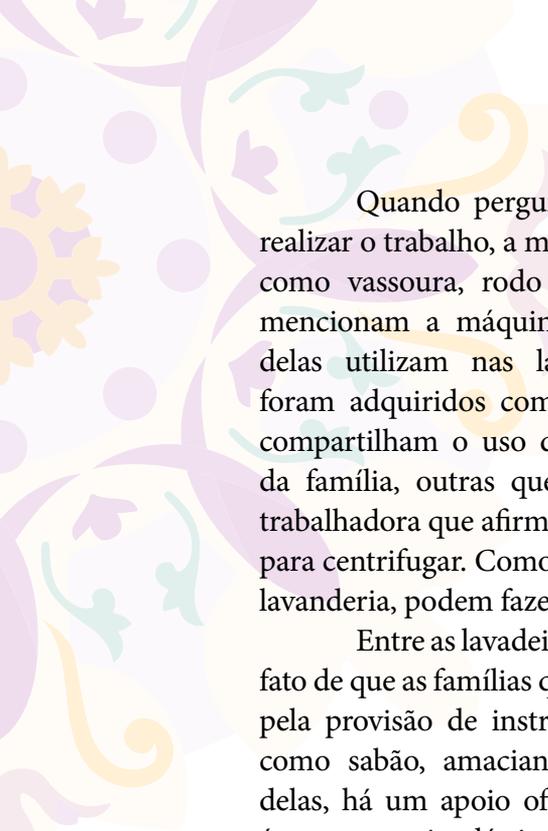
“ São boas, porque a gente tem horário do almoço, tem horário normal de chegada e saída, tranquilo, as pessoas tratam bem, trata como se fosse da família, não tenho do que reclamar. Ficou melhor o horário. Eu trabalho de 08 às 17 horas. No sábado, de 08 às 15 horas. Eu gostei muito desse horário (Entrevistada 04). ”

Prevalece uma situação de ausência de equipamentos de proteção e segurança, seja nas residências ou na lavanderia. Algumas relatam que elas mesmas levam seus equipamentos de segurança, como luva, gel e bota, para as residências onde trabalham. O receio de sofrer algum acidente de trabalho é mais acentuado entre as lavadeiras. As lavadeiras são construções antigas, que se encontram em condições físicas bastante precárias, com reboco caindo, torneiras enferrujadas, tanque inadequado à altura das trabalhadoras, segundo a observação das pesquisadoras e o relato das entrevistadas. As lavadeiras temem acidentes provocados pelo uso de água e energia elétrica no mesmo ambiente, como parte de seu processo de trabalho. Submetidas à desproteção social, elas temem sofrer acidentes que as impossibilitem de trabalhar e manter sua renda.

“ Ao mesmo tempo a gente trabalha com água e energia e não tem segurança [...] Se a gente adoecer o patrão não vai pagar a gente, se adoecer a gente não tem como ganhar o nosso dinheiro (Entrevistada 12). ”

“ Se a gente acontecer um acidente, a gente é responsável por a gente mesmo (Entrevistada 15). ”

“ Lá nenhum sapato para lavar a lateral do cachorro, uma bota, tem... que era para eu ter... Eu fico assim me perguntando, pisando dentro do xixi do cachorro, dentro do cocô, correndo o risco de pegar uma bactéria. É uma segurança que a gente não tem. A gente não tem um equipamento seguro para limpar uma janela. Não tem luva (Entrevistada 06). ”



Quando perguntadas sobre as ferramentas que utilizam para realizar o trabalho, a maior parte se refere aos instrumentos de limpeza, como vassoura, rodo e produtos químicos. As lavadeiras também mencionam a máquina de lavar e o ferro de passar, que algumas delas utilizam nas lavadeiras. Estes equipamentos, no entanto, foram adquiridos com recursos próprios. Algumas mencionam que compartilham o uso da máquina com outras trabalhadoras que são da família, outras que utilizam sua própria máquina e ainda uma trabalhadora que afirma que lava a roupa no tanque e leva para sua casa para centrifugar. Como grande parte das lavadeiras residem próximas à lavanderia, podem fazer esse tipo de arranjo.

Entre as lavadeiras, também prevalece uma avaliação negativa do fato de que as famílias que contratam o serviço não se responsabilizam pela provisão de instrumentos de trabalho, além dos fundamentais, como sabão, amaciante etc. É interessante notar que, na situação delas, há um apoio oferecido pelo poder público, com espaço físico, água e energia elétrica, mas parece existir uma ausência de medidas de manutenção dos equipamentos. Foi citado que, em determinado momento, uma das lavanderias passou a negociar com o poder público um projeto para aquisição de máquinas de lavar, que no entanto não seguiu adiante pela ausência de um sentido de organização coletiva entre elas. Algumas entrevistadas, relatam que, embora utilizem um espaço comum, no cotidiano prevalece prática muito individuais, de “cada uma por si”: levando sua alimentação, usando sua máquina. Ao mesmo tempo, manifestam o compartilhamento de tarefas: há um rodízio entre elas para realizar a faxina da lavanderia. Cada uma incorpora a faxina em suas tarefas, em um dia da semana.

“Pra mim tá bom, porque não tem gente dando em cima da pessoa, pra fazer aquilo direito. Pra mim, tá bom. Porque não tem tanta exigência (Entrevistada 17).”

Aquelas que são empregadas domésticas, mensalistas ou diaristas, também relatam que as ferramentas de trabalho de que dispõem são as mais básicas, “nada modernas”, como cita uma das entrevistadas. As principais ferramentas mencionadas são vassoura, rodo, produtos de limpeza. Nenhuma delas se refere a equipamentos que ofereçam

suporte nas demais tarefas, como cozinhar e passar roupa. Da mesma maneira, os equipamentos de segurança estão em geral associados à limpeza e proteção contra o contato com produtos químicos abrasivos. Em que pese alguns relatos de queimaduras, as narrativas apontam que é a limpeza dos ambientes a atividade considerada mais insalubre pelas entrevistadas. Uma trabalhadora, em seu relato, disse prescindir de equipamentos por trabalhar em casa térrea, associando a necessidade dos EPIs a tarefas que envolvam altura.

“ produtos de limpeza que são de baixa qualidade, porque já devido eles quererem economizar pra outras coisas, compram coisas super baratas, aí, devido à precisão, a gente se submete a trabalhar sem aqueles equipamentos [...] A gente só usa água sanitária. Esses produtos são bastante tóxicos. Às vezes a gente usa até veneno. Eu uso uma estratégia, como aquele lugar não fornece, às vezes eu levo meus próprios materiais (luva e máscara) (Entrevistada 01). ”

O relato nas entrevistas demonstra que o uso de ferramentas e equipamentos de segurança não é uma realidade no universo das trabalhadoras. É apenas a energia de seu próprio corpo que elas mobilizam para realizar as tarefas, o que certamente contribui para o cansaço que narram como parte de seu cotidiano e, possivelmente, para o surgimento de problemas de saúde.

Entre as que trabalham nas residências, a alimentação é em geral a mesma das famílias contratantes, e avaliadas como de boa qualidade. Uma diarista, no entanto, relata que não se alimenta no local de trabalho para agilizar as tarefas. Entre as lavadeiras, a alimentação é levada por elas mesmas para o local de trabalho.

No universo das entrevistadas, apenas quatro relataram tirar férias, as que são mensalistas com carteira. Para as diaristas e lavadeiras, tirar férias é uma impossibilidade: para as primeiras, porque podem significar a perda de renda das faxinas; e para as segundas, sobretudo, a perda da renda e dos clientes, de maneira definitiva.

6 O RITMO DO TRABALHO E O COTIDIANO

No relato das mulheres pesquisadas sobre o cotidiano, observa-se um intenso movimento desses sujeitos que se deslocam de um espaço para outro nos quais realizam trabalhos remunerados e não remunerados, como podem ser constatados em alguns depoimentos:

“ Acordo às 5 horas da manhã, arrumo o café, ajeito o almoço. Deixo as coisas do bebê bem organizadas. Deixo os filhos na escola. Quando volto tomo banho, vou arrumar a casa. Faço a janta, organizo a roupa, coloca as crianças para dormir. Deixo as crianças em escolas diferentes (Entrevistada 01). ”

“ Acordo às 05 horas da manhã, lavo a roupa, faço vitamina dos netinhos, eles tomam, vou deixar no ponto de ônibus para ir para a creche. Quando volto do ônibus, vou pro trabalho. Na volta do trabalho é a hora das tarefas da casa, que é o tempo de eles chegarem da creche. Vou varrer a casa, lavar prato, lavar banheiro, porque não deu tempo de fazer de manhã. Vou fazer tudo isso e fazer a janta deles. Quem ajuda é minha filha, quando ela chega ela vai pros banheiros, passar um pano porque a gente divide as tarefas (Entrevistada 06). ”

“ Acordo às 05 horas da manhã, deixo o almoço pronto para meus filhos. Tenho que fazer suco...tomo banho, me ajeito, tomo café, ajeito o pequeninho de 4 anos, levo pra creche e vou pro trabalho. Entre 12 e 13 hora almoço no trabalho. Não tem intervalo, é terminando de almoçar e já começando. Vai até às 17 horas ou 17.30 horas, até quando tem serviço. Quando chego em casa faço a janta, só não lavo roupa e arrumo a casa, porque como eu tenho uma menina de 12 anos eu boto ela pra

fazer, porque tem que me ajudar, né? Vou tomar banho e dormir. E no outro dia continuar a mesma coisa (Entrevistada 12). ”

As informações obtidas através dos relatos dos sujeitos pesquisados evidenciam que o trabalho doméstico remunerado e não remunerado ou trabalho doméstico e trabalho de lavadeira por conta própria constituem as atividades centrais do cotidiano e são iniciadas logo cedo pela manhã e se prolongam até à noite.

Dentro de uma configuração de jornadas de trabalho marcadas por ritmo de trabalho permanente o que chama atenção neste estudo em relação as jornadas de trabalho das mensalistas é o impacto da regulamentação por lei da jornada de 44 horas semanais para as trabalhadoras domésticas mensalistas através da aprovação da Emenda Constitucional 72/2013 que entre outros direitos trabalhistas, garantiu essa regulamentação. Diferentemente de resultados de pesquisas feitas anteriormente que revelam a predominância de jornadas sem limites (CF. Farias, 1983; Kofes, 1990; Castro, 1993; Girard, 1996; Ávila; 2010) neste estudo o que os sujeitos pesquisados afirmam é uma prevalência de vivência de jornadas de trabalho dentro do tempo estabelecido por lei.

Para as diaristas, que do nosso ponto de vista em consonância com a posição da Federação Nacional das trabalhadoras Domésticas, são parte da categoria das trabalhadoras domésticas, mas que não são reconhecidas como tal pela lei, os limites de horário de suas jornadas de trabalho apareceram nos relatos como determinados pela capacidade da trabalhadora de realizar todas as tarefas necessárias para considerar encerrada sua jornada de trabalho. Para isso as jornadas de trabalho das diaristas se mostram especialmente intensas, devido a dois fatores: em um dia ou dois de trabalho em um mesmo domicílio tendem a realizar quase todas as tarefas necessárias e acumuladas durante a semana, e além disso a intensidade é um meio de garantir o término da jornada de trabalho dentro de um tempo compatível com outras necessidades do cotidiano. Portanto cabe a elas um esforço próprio para garantir os limites de suas jornadas de trabalho o que significa intensificação do ritmo de trabalho.

A intensidade das jornadas de trabalho das diaristas como também das mensalistas é acrescida pela realização de trabalhos “antecipados” e “retroativos”, (Ávila, 2010) que são trabalhos realizados para suprir as necessidades das patroas/ões durante períodos que não contam com a presença dessas trabalhadoras em suas casas, e/ou para fazer as tarefas que se acumularam durante os períodos que não estavam contidos nos seus horários de trabalho. O relato a seguir expressa a situação aqui analisada:

“ Trabalho na casa deles 03 dias por semana, quando chego a pia tá repleta, começo pela pia, lavo banheiro, dou uma geral, passo pano e espano, dou o café. Faço o almoço dela. Faço tudo para não deixar nada para o final de semana. Depois do almoço, arrumo o quarto. As pessoas não colocam nem as comidas que ficam na geladeira (Entrevistada 19). ”

No caso das lavadeiras, a concepção que predomina nas narrativas dos sujeitos da pesquisa é que elas podem determinar suas jornadas de trabalho e isso é considerado uma vantagem, além de outras como de não estarem diretamente submetidas “as ordens” diretas de patroas e patrões no interior de suas residências, como mencionado anteriormente. No entanto, essa vantagem também está submetida a uma carga de trabalho que pode variar entre elas, mas se mostra em geral muito pesada e intensa.

Os relatos sobre o cotidiano apresentam uma dinâmica de trabalho formada por jornadas “intensivas, intermitentes e extensivas” (Ávila, 2010), uma vez que a quase totalidade dos sujeitos da pesquisa afirma que as tarefas do trabalho doméstico em suas próprias casas começam ao acordar, e são retomadas quando voltam para casa depois de terem suas jornadas de trabalho remunerado encerradas.

Dentro dessa dinâmica predominante, entre trabalho remunerado e não remunerado, uma nos chama atenção pelo caráter da sua intermitência que se configura da seguinte forma: trabalho não remunerado, trabalho remunerado, trabalho não remunerado, e trabalho remunerado. No caso dessa trabalhadora doméstica, diarista,

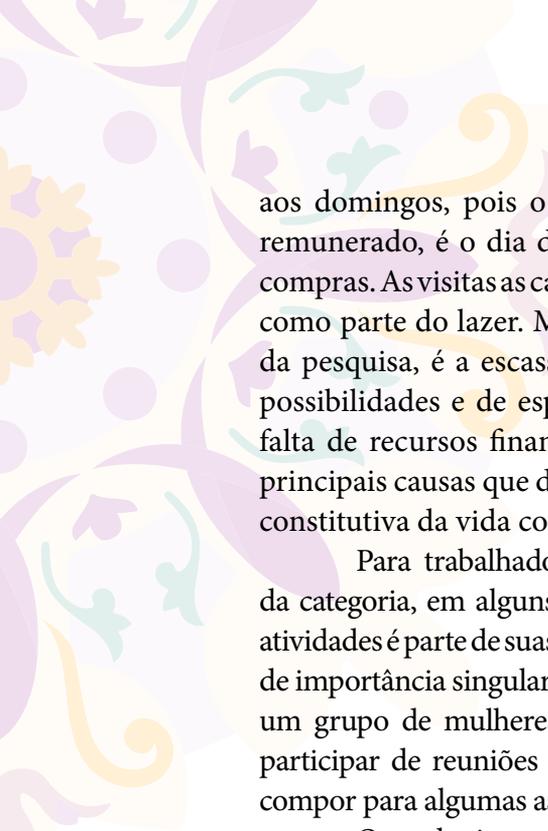
ela afirma que sua jornada se inicia em sua própria casa, seguida de trabalho no domicílio da patroa, em seguida na sua própria casa quando finaliza tarefas domésticas iniciadas pela manhã logo cedo, e a noite vai para outra atividade de trabalho remunerado na casa de outra patroa. Esse ritmo é durante dois dias da semana, nos outros dias da semana de trabalho o seu ritmo segue a tendência majoritária já mencionada anteriormente. Salientamos esse caso, no sentido de evidenciar como as possibilidades de arranjos que as mulheres fazem no seu cotidiano para garantir uma renda e a para enfrentar a relação entre trabalho remunerado e não remunerado podem sempre apresentar variações mas, que são sempre expressões de formas intensas de exploração.

A tarefa de levar filhos/as ao médico, segundo os relatos dos sujeitos pesquisados faz parte das suas obrigações, e para isso a necessidade de uma negociação com as patroas ou patrões se mostra necessária e pode ocorrer com mais ou menos tensões. Para algumas, esse tempo é negociado facilmente para outras é mais difícil mas em todos os casos, esse tempo liberado no momento dessa necessidade é sempre repostado. O mesmo acontece quando elas mesmas necessitam ir ao médico.

Os momentos de lazer são raros e para a maioria das entrevistadas que afirmam ter lazer, esses momentos acontecem com filhos/as e sempre em função das necessidades das crianças, como é o caso do passeio no parque nos finais de semana o que significa que o tempo do lazer se confunde com o tempo do trabalho reprodutivo de cuidar dos filhos/as e que pode ainda se confundir com o seu próprio tempo de descanso como mostra o depoimento a seguir:

“ Eu boto na minha agenda, tem que sair... principalmente nos finais de semana, quando não tem associação nem clube de mães, eu vou pra casa da minha mãe ou a gente vai pro parque passa o dia todo lá. Eu levo a velha farofa, a gente come e passa o dia todinho os meninos brincando e eu dormindo, porque eu só faço dormir (Entrevistada 07). ”

Uma outra atividade de lazer que foi mencionada, foi a saída para bares e casa de amigos/as para beber e comer juntos/as em geral



aos domingos, pois o dia de sábado para as que não tem trabalho remunerado, é o dia de fazer faxina em suas próprias casas ou fazer compras. As visitas as casas de suas famílias também foram mencionadas como parte do lazer. Mas o que se percebe nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, é a escassez de atividades de lazer e também a falta de possibilidades e de espaços para tipos de lazer com divertimento. A falta de recursos financeiros e a falta de tempo parecem compor as principais causas que dificultam o acesso ao lazer como uma dimensão constitutiva da vida cotidiana dessas mulheres.

Para trabalhadoras domésticas que fazem parte da Associação da categoria, em alguns domingos, a participação nas reuniões e outras atividades é parte de suas prioridades, e também um momento considerado de importância singular para sua própria satisfação e sentido de vida. Para um grupo de mulheres minoritário nos fins de semana podem ainda participar de reuniões no clube de mães. A ida a igreja também pode compor para algumas as atividades do final de semana.

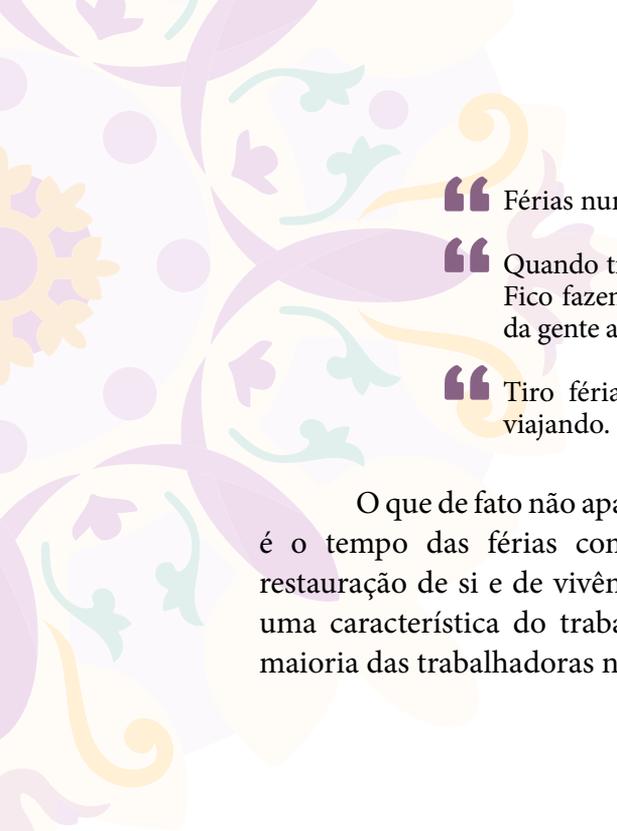
Quando interrogadas sobre suas percepções do cotidiano, a constatação predominante é de que é muito corrido, e daí várias visões aparecem. Para umas, há uma percepção resignada sobre o cotidiano que podemos dizer que extrapola para o próprio tempo de sua existência, o que se evidencia na afirmação da impossibilidade de mudar as condições de vida. Essa percepção está sempre relacionada a um certo desalento em torno da ideia de um tempo perdido no passado, no qual teria sido possível organizar a vida de outra forma, isto é ter construído outras possibilidades de futuro. Esse tempo perdido está sempre relacionado ao fato de não ter tido condições de estudar devido as condições de pobreza de seus pais, ou em função de relações amorosas e gravidez, que do ponto de vista delas são percebidas como precoces e como uma espécie de engano por falta de conhecimentos sobre como construir suas próprias trajetórias de vida. Para as que se mostram resignadas com as suas condições de trabalho e seu cotidiano, as possibilidades de estudar já foram totalmente desfeitas pela carência do tempo, dos recursos financeiros e também pela perda de disposição para tal, causada pelas dificuldades de suas trajetórias de trabalho e condições de vida.

Para outras há sempre uma possibilidade de mudança e elas

acreditam que poderão fazer outras coisas no futuro, mas não revelam que caminhos estão sendo construídos para realizar as mudanças. No entanto, para todas o centro da questão é ter ou não estudado. Ter estudo é a condição básica, na percepção das entrevistadas, para qualquer mudança na vida cotidiana, e nas suas próprias existências a longo prazo. Por isso que as que acham que vão ainda fazer mudanças em suas vidas profissionais que estão diretamente relacionadas às mudanças no cotidiano, afirmam que precisam voltar a estudar ou em poucos casos que ainda estão estudando. Para as poucas mulheres entrevistadas que afirmam estarem estudando, está possibilidade se mostra como uma determinação e uma forma de resistência as pressões do trabalho no cotidiano.

Uma questão colocada para as mulheres que fizeram parte da pesquisa diz respeito a visão de um tempo livre ou um tempo para si. Para a maioria delas a percepção é de que este tempo não existe, e para as que afirmam que ele existe, o que aparece em suas falas como tempo livre ou para si, é o tempo de dormir e o tempo para passar com a família. O que se expressa como muita frequência nas respostas dos sujeitos sobre o tempo para si como o tempo de dormir é que a exaustão ou o cansaço provocado pelo intenso ritmo de trabalho e pelos deslocamentos entre os espaços nos quais trabalham se manifestam como uma espécie de sintoma do corpo que decreta o fim da jornada e a necessidade incontornável de dormir e de descansar. E se é um tempo para si, esse é o tempo de se recolher em si mesma. Isso é o que parece dizer as mulheres pesquisadas que afirmam, que ao se deitar e antes de adormecer, pensam um pouco nas coisas, e na vida.

O tempo das férias é praticamente inexistente para maioria das entrevistadas. As razões estão relacionadas a falta de direitos, as condições de trabalho, e as necessidades da vida cotidiana que deixam esse tempo acontecer. Entre as poucas trabalhadoras que afirmaram tirar férias, a maioria também afirmou que ocupa esse tempo trabalhando em suas próprias casas. Em poucos casos esse tempo de férias é vivido como um momento de viajar para visitar a família, ou como um período combinado entre esse tipo de viagem e tempo de ficar nas suas casas cuidando das tarefas do dia a dia.



“ Férias nunca tirei... (Entrevistada 16). ”

“ Quando tiro férias fico em casa descansando, em parte... Fico fazendo as atividades de casa, mas como é na casa da gente a gente faz na hora que quer... (Entrevistada 12). ”

“ Tiro férias e vou para a casa da mãe. Fico 15 dias viajando. (Entrevistada 07). ”

O que de fato não aparece, para o conjunto dessas trabalhadoras é o tempo das férias como um período pleno de descanso, de restauração de si e de vivência de um direito como cidadã. O que é uma característica do trabalho precarizado a que está submetida a maioria das trabalhadoras no contexto atual.

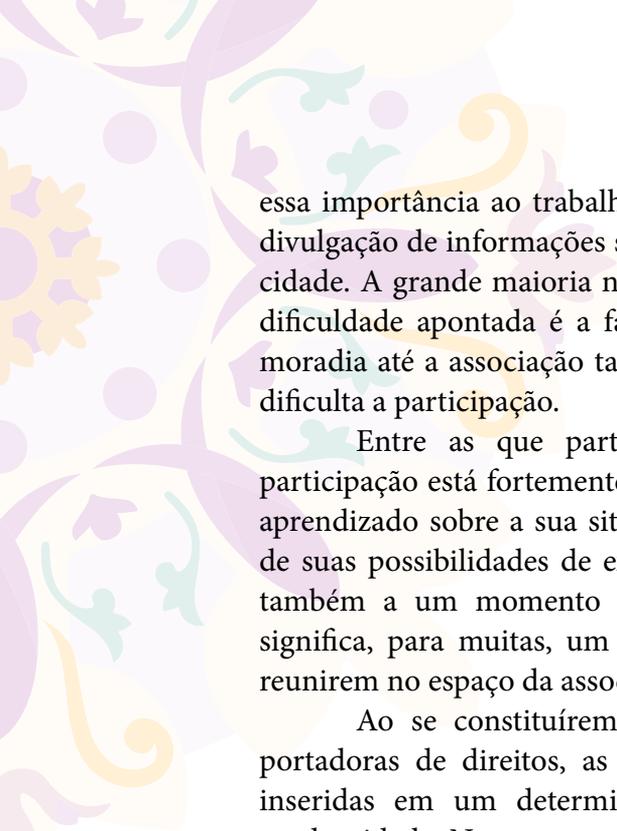
À GUIA DE CONCLUSÃO: OS DIREITOS E O SENTIDO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Como vimos no decorrer desse estudo, a maioria das trabalhadoras entrevistadas não vivenciam os direitos trabalhistas no seu cotidiano, seja pelo não cumprimento da legislação, no caso das mensalistas, seja pela não regulamentação de sua atividade, no caso das diaristas, ou do fato de serem trabalhadoras por conta própria, no caso das lavadeiras. Elas vivenciam, também no cotidiano, a sobrecarga com o trabalho reprodutivo em suas próprias casas. A divisão sexual do trabalho, que é um elemento central na constituição das relações sociais de sexo/gênero e portanto na reprodução da exploração e dominação das mulheres, está patente na situação de exploração destas mulheres.

Nesse contexto, o que se configura, por outro lado, é um baixo conhecimento dos direitos existentes por parte das participantes da pesquisa. Para uma parcela significativa das trabalhadoras, o conhecimento dos direitos está relacionado à leitura das cartilhas, a um saber, e não a uma vivência concreta. Muitas dizem diretamente não conhecerem os direitos e entre as que afirmam conhecer, grande parte não consegue identificá-los.

Se esse desconhecimento é reflexo da realidade que vivem, ao mesmo tempo também pode ser considerado como um elemento que as vulnerabiliza nas relações de trabalho, comprometendo suas condições de exigí-los, quando a eles fazem jus. As associadas demonstram maior conhecimento dos direitos trabalhistas, em relação às que não são associadas. O direito mais ressaltado pelo conjunto das trabalhadoras é o da jornada de trabalho regulamentada, conquista recente da categoria que foi objeto de amplo debate público, e a carteira assinada.

De uma maneira geral, sendo associadas ou não, todas conhecem a existência e afirmam a importância da associação e relacionam



essa importância ao trabalho de luta pela conquista de direitos e de divulgação de informações sobre os direitos entre as trabalhadoras da cidade. A grande maioria não tem participação política e a principal dificuldade apontada é a falta de tempo. As distâncias do local de moradia até a associação também são apontadas como um fator que dificulta a participação.

Entre as que participam politicamente, o sentido dessa participação está fortemente associado à sua formação política, a um aprendizado sobre a sua situação de vida e de trabalho, a ampliação de suas possibilidades de expressão na vida pública e pessoal como também a um momento de convivência coletiva. Esse momento significa, para muitas, um tempo para si que se transforma, ao se reunirem no espaço da associação, num espaço-tempo coletivo.

Ao se constituírem como uma categoria de trabalhadoras portadoras de direitos, as empregadas domésticas estão, portanto, inseridas em um determinado nível na cidadania que marca a modernidade. No entanto, a incompletude desses direitos e a falta de acesso real da maioria da categoria aos direitos já conquistados fazem com que a relação de trabalho a que ainda estão, majoritariamente, submetidas guarde também formas de dominação e exploração pré-modernas que caracterizam uma relação de servidão também tributária de um outro contexto histórico, o do trabalho escravo. As trabalhadoras domésticas remuneradas vivem, portanto, tempos históricos contraditórios. A falta de acesso aos direitos já conquistados revela o que Martins (2007) chama de desencontro entre o cotidiano e a história. Martins (1999), ao se referir em similar situação, em outro contexto e para outra categoria de trabalhadores/as, define esta luta em termos de “luta por direitos tidos, mas não aplicados ou não reconhecidos nas relações reais” (MARTINS, 1999, p. 62). Nesse sentido, a luta da organização coletiva dessa categoria é tanto por novos direitos como pela garantia de acesso àqueles já conquistados.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensão entre dominação/exploração e resistência.** Recife: Editora UFPE, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia e FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In ÁVILA, Maria Betânia e FERREIRA, Verônica (Orgs.) **Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico no Cotidiano das Mulheres.** Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

DIEESE, O Emprego Doméstico no Brasil, **estudos e pesquisas**, n. 68, agosto de 2013, DIEESE, p.22-23DIEESE. O Trabalho Doméstico Remunerado nos Mercados de Trabalho Metropolitanos, **PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego**, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais.** Brasília, 2013.

FARIAS, Zaíra Ary. **Domesticidade: “Cativeiro” feminino?** Rio de Janeiro: Achiamé/CMB, 1983.

CASTRO, Mary Garcia. Empregadas Domésticas. Qué se compra y que é se vende en el servicio doméstico? El caso de Bogotá: una revisión crítica. In: CHANEY, Elsa M.; CASTRO, Mary Garcia. **Muchachas cachifa criada empleada empleadinha sirvienta y... más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe.** Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. p. 99-116.

GIRARD, Christiane. Citoyenneté et Culture de la Domesticité des Femmes Noires au Brésil. In: MARQUES-PEREIRA, Bérengère; CARRIER, Alain. **La Citoyenneté social des femmes au Brésil. Action colective, reproduction, informalité et domesticité.** Bruxelles: L’Harmattan, 1996. p. 147-155.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et. Al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.

_____. Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: LES RAPPORTS sociaux de sexe, Actuel Marx. n. 30. Paris: Presses Universitaires de France, Deuxième semestre, 2001. p. 85-100.

KOFES, Maria Suely. **Diferença e identidades nas armadilhas da igualdade e desigualdade**: Interação e relação entre patroas em empregadas domésticas. 1990. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1990.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 2a. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.

Sites consultados

Prefeitura Municipal de Campina Grande. <http://pmcg.org.br/> Acesso em 31.01.2015

IDEME. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – Campina Grande. Disponível em http://www.ideme.pb.gov.br/index.php/objetivos-do-milenio/doc_download/2526-campina-grande.html. Acesso realizado em 31.01.2015.

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em http://www3.mte.gov.br/trab_domestico/default.asp. Acesso realizado em 02/02/2015)



Realização:



CENTRAC
CENTRO DE AÇÃO CULTURAL

Secretaria de
**Políticas para
as Mulheres**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

